

OS VALORES MODAIS DE OBRIGAÇÃO E VOLIÇÃO NO PLANO DE GOVERNO DO CANDIDATO A PRESIDÊNCIA JAIR BOLSONARO

André Silva Oliveira¹

Resumo:

Este artigo pretende descrever e analisar os valores modais de obrigação e volição no plano de governo do candidato à presidência Jair Bolsonaro com base na Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008), no que tange, respectivamente, às modalidades deontica e volitiva. Primeiramente, discute-se sobre a categoria modalidade no funcionalismo holandês, que é descrita e analisada a partir de dois parâmetros: o domínio semântico e a orientação modal. Segue-se, então, uma abordagem acerca das modalidades deontica e volitiva e dos valores modais de obrigação e volição com base no aparato teórico da GDF. Posteriormente, apresenta-se a metodologia desta pesquisa, discorrendo sobre o plano de governo do candidato e a delimitação das categorias de análise. Finalmente, apresenta-se a descrição e análise dos valores modais pautados, em que o valor modal de obrigação é o mais recorrente (87,2%), instaurado por meio de ilocuções declarativas (87%) e com a orientação modal para o Participante (56,4%). O alvo da atitude modal é, preferencialmente, as instituições (35,9%), sendo empregados verbos léxicos (82,1%) na instauração dos valores modais de obrigação e volição.

Palavras-chave: modalidade; obrigação; volição.

Abstract:

This article intends to describe and analyze the modal values of obligation and volitional in the presidential candidate Jair Bolsonaro's plan based on the Functional Discourse Grammar (FDG) of Hengeveld and Mackenzie (2008), regarding the deontic and volitive modalities. Firstly, we discuss the modality category in Dutch functionalism, which is described and analyzed from two parameters: the semantic domain and the modal orientation. It follows, then, an approach on the deontic and volitive modalities and the modal values of obligation and volitional based on the theoretical apparatus of FDG. Subsequently, the methodology of this research is presented, discussing the candidate's government plan and the delimitation of the categories of analysis. Finally, the description and analysis of the modal values are presented, in which the modal value of the obligation is the most recurrent (87.2%), established by means of declarative illocutions (87%) and with the modal orientation for the Participant (56.4%). The target of the modal attitude is, preferably, the institutions (35.9%), and lexical verbs (82.1%) are used to establish the modal values of obligation and volitional.

¹ Mestre em Linguística. Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC). E-mail: andrehtzn@gmail.com.

Keywords: *modality; obligation; volitional.*

Introdução

Este trabalho objetiva-se em descrever e analisar os valores modais de obrigação e volição, instaurados, respectivamente, por meio das modalidades deontica e volitiva. Para isso, foi necessário o estudo acerca da categoria modalidade, feito a partir do aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008), em que buscamos definir e compreender dois tipos de modalidade: a deontica, que diz respeito ao que é moralmente aceitável e relativa ao eixo da conduta; e a volitiva, que se refere ao que é (in)desejável e referente ao eixo do desejo.

A tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), incorporada, posteriormente, à GDF, serviu-nos de base para caracterizar ambos os tipos de modalidade e os valores modais de obrigação (modalidade deontica) e volição (modalidade volitiva), a partir de dois parâmetros: o domínio semântico, que divide a categoria modalidade em cinco (facultativa, epistêmica, evidencial, deontica e volitiva); e a orientação modal, em que a modalidade pode estar orientada para o Participante, o Evento e a Proposição.

Na metodologia, expomos sobre as características estruturais do plano de governo do respectivo candidato à presidência, Jair Bolsonaro, e a delimitação das categorias de análise que foram selecionadas para esta pesquisa. Na sequência, passamos para a descrição e análise qualitativo-quantitativa dos valores modais de obrigação e volição encontrados no corpus, para, posteriormente, apresentarmos as considerações finais deste trabalho.

1. A categoria modalidade no funcionalismo holandês

O funcionalismo holandês, assim como as demais perspectivas do funcionalismo linguístico, busca fazer uma descrição e análise das expressões linguísticas em seu uso real, já que também concebe a língua como um instrumento de interação social. Além disso, é uma característica básica do funcionalismo holandês o desenvolvimento de gramáticas funcionais que expliquem o engendramento das formas linguísticas em razão das funções que elas exercem no uso efetivo da língua. Entre esses modelos de gramática funcional, encontramos a Gramática Funcional (GF)

de Simon Dik (1989), que, posteriormente, desenvolveu-se em um novo modelo, a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008).

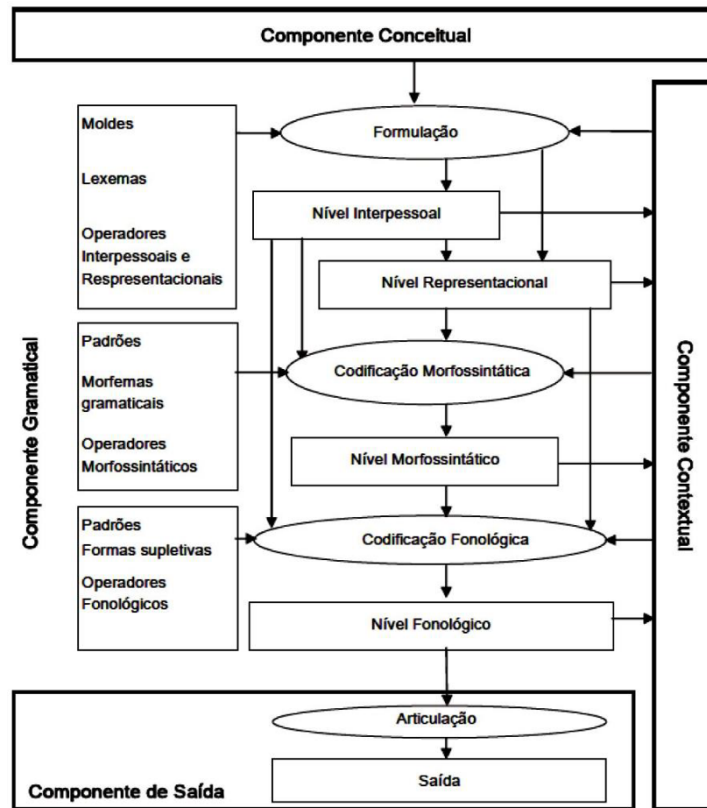
Diferentemente da GF, que toma a *cláusula* (oração) como unidade de análise linguística, a GDF toma o *ato discursivo*, estendendo, pois, a análise linguística da oração para o discurso. Resumidamente, a GDF apresenta os seguintes aspectos: (i) apresentação de um modelo da competência gramatical dos falantes de uma dada língua; (ii) a integração dos Componentes Conceitual, Contextual e de Saída de forma sistemática; e (iii) a organização hierárquica de cima para baixo (*top-down*) dos níveis e das camadas que integram o Componente Gramatical, em que as intenções do falante são as que motivam a produção linguística.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o Componente Gramatical é organizado de forma hierárquica e em quatro níveis, a saber: (i) o Nível Interpessoal, que diz respeito aos aspectos formais que refletem o papel das expressões linguísticas, captando as informações de natureza retórica e pragmática; (ii) o Nível Representacional, que se refere aos aspectos de natureza semântica das expressões linguísticas, as quais estabelecem uma relação com o mundo que essas mesmas expressões descrevem; (iii) o Nível Morfossintático, que concerne às propriedades lineares das expressões linguísticas em termos de sentenças, orações, sintagmas ou estrutura interna das palavras; e (iv) o Nível Fonológico, que é relativo às propriedades fonológicas das expressões linguísticas.

O Componente Gramatical, ainda de acordo com os autores, está ligado, sistematicamente: (i) ao Componente Conceitual, que é o responsável pelo desenvolvimento da intenção comunicativa e pela sua correspondente representação mental; (ii) ao Componente Contextual, que é o responsável por representar as informações derivadas da situação discursiva e por conter, além das informações advindas do Componente Gramatical, as informações advindas da interação, que são importantes para distinções requeridas pela língua em uso; e (iii) ao Componente de Saída, que é responsável pela geração de expressões acústicas, ortográficas e simbólicas na base da informação provida pelo Componente Gramatical.

A Figura 1 mostra a arquitetura geral do modelo teórico da GDF:

Figura 01: Esquemática Geral da GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008)



Fonte: Esquema Geral da GDF traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13).

O modelo da GDF, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), estipula dois tipos distintos de operações, a Formulação e a Codificação, no intuito de descrever o maior número possível de línguas naturais. De acordo com os autores, nos Níveis Interpessoal e Representacional, ocorre a operação de Formulação, que está relacionada à especificação das configurações pragmáticas e semânticas de uma língua, independentemente da expressão de tais configurações, enquanto, nos Níveis Morfossintático e Fonológico, ocorre a operação de Codificação, que se referem às formas morfossintáticas e fonológicas que as configurações pragmáticas e semânticas podem ser marcadas estruturalmente em uma dada língua.

É dentro do Nível Representacional que a categoria modalidade é descrita e analisada na perspectiva teórica da GDF. A categoria modalidade é, segundo Palmer (1986, p. 16), “a gramaticalização das crenças e opiniões do falante”,² ou seja, uma qualificação que caracteriza as atitudes do falante no momento da enunciação, em que

² Tradução nossa. O original diz: “The grammaticalization of the speaker’s beliefs and opinions” (PALMER, 1986, p. 16).

este pode comprometer-se ou não com aquilo que por ele é enunciado. Nesse sentido, as noções de subjetividade, que é relativo às suas crenças e opiniões, são fundamentais para a definição desta categoria. No funcionalismo holandês, a categoria modalidade está ancorada tanto na tipologia proposta por Hengeveld (2004) quanto na GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008). Esta perspectiva de funcionalismo não propõe uma definição categórica para a modalidade, analisando-a apenas a partir de dois parâmetros: (i) o *domínio semântico*, que diz respeito ao tipo de avaliação modal que se faz do enunciado; e (ii) a *orientação modal*, que se refere à parte do enunciado que é modalizada.

Em relação ao domínio semântico, Hengeveld (2004) estabelece que a categoria modalidade pode ser dividida em cinco tipos: *facultativa*, que está relacionada às habilidades intrínsecas ou às adquiridas; (ii) *epistêmica*, que é relativa aos conhecimentos de certeza ou dúvida sobre o mundo real; (iii) *evidencial*, que é referente à fonte da informação que é apresentada; (iv) *volitiva*, que se trata daquilo que é (in)desejável; e (v) *deôntica*, que se refere ao que é moral, legal e socialmente aceito.³

No que diz respeito à orientação modal, Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008) estipulam que as modalidades podem estar orientadas para: (i) o *Participante*, quando há uma relação entre um dado participante (ou as propriedades referentes a ele) e um evento e a realização potencial desse evento por parte do participante; (ii) o *Evento*, quando há a descrição de um evento contido dentro do enunciado, mas sem que o falante faça alguma avaliação deste evento; e (iii) a *Proposição*, quando se refere à parte do enunciado que representa as visões, crenças ou desejos do falante, especificando, pois, o grau de comprometimento do falante com a proposição enunciada.⁴

Sabendo-se que a categoria modalidade é analisada, na perspectiva do funcionalismo holandês, com base em dois parâmetros, o domínio semântico e a orientação modal, discorreremos, na seção seguinte, acerca das modalidades deôntica e volitiva e dos valores modais de obrigação e volição a partir desta mesma perspectiva funcionalista.

³ Em Hengeveld (2008; 2011) e Hengeveld e Dall'Aglio Hattner (2015), a modalidade evidencial passar a ser defendida como uma categoria acima da modalidade, a Evidencialidade.

⁴ Em Hengeveld (2011) e Dall'Aglio Hattner e Hengeveld (2016), a modalidade passar a ter mais um tipo de orientação modal, a orientada para o *Episódio*, que caracteriza um episódio em termos de sua possibilidade ou impossibilidade de que venha a ocorrer em relação ao conhecimento de mundo do falante.

2. As modalidades deôntica e volitiva e os valores modais de obrigação e volição

Para o funcionalismo holandês, no que diz respeito à tipologia das modalidades de Hengeveld (2004) e a GDF de Hengeveld e Mackenzie (2008), a modalidade deôntica, em relação ao domínio semântico, refere-se ao que é moral, legal e socialmente aceito como regra de conduta, podendo, conforme a orientação modal, estar orientada para: (i) o Participante, em que se descreve uma obrigação ou uma permissão que recai sobre um dado participante ou o próprio falante para se envolver no estado-de-coisas que é designado pelo enunciado modalizado (ou uma proibição de não se envolver no estado-de-coisas que é descrito), como no exemplo: *Eu devo comer*;⁵ e (ii) o Evento, em que há a caracterização de estado-de-coisas em termos do que é obrigatório, permitido ou proibido dentro de algum sistema de convenções, seja moral ou legal, mas sem que o falante faça algum tipo de avaliação acerca deste estado-de-coisas, como no exemplo: *É preciso tirar os sapatos aqui*.⁶

A modalidade volitiva, também dentro da perspectiva do funcionalismo holandês, no que se refere ao domínio semântico, é relativa ao que é (in)desejável, podendo, de acordo com a orientação modal, estar orientada para: (i) o Participante, em que há a descrição do desejo (volição) do falante ou do participante expresso de se envolver no estado-de-coisas que é designado pelo enunciado modalizado, como no exemplo: *Nós queremos partir*;⁷ e (ii) o Evento, em que há uma caracterização de um dado estado-de-coisas em termos do que é geralmente aceito como desejável ou indesejável, mas sem que o falante faça uma apreciação deste estado-de-coisas, como no exemplo: *Seria ruim se eu quebrasse isso*.⁸

Dessa forma, com base na GDF, averiguamos que o valor modal de obrigação está relacionado às questões de obrigatoriedade que incidem sobre um agente moralmente responsável (podendo ser um indivíduo em particular, uma instituição, ou o próprio falante) em relação ao estado-de-coisas que é descrito no enunciado modalizado ou em relação a um dado estado-de-coisas que é reportado pelo próprio

⁵ Tradução nossa. O original diz: “I must eat” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 213).

⁶ Tradução nossa. O original diz: “One has to take off one’s shoes here” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 176).

⁷ Tradução nossa. O original diz: “We want to leave” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 213).

⁸ Tradução nossa. O original diz: “It would be bad if I broke it” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 176).

falante; enquanto o valor modal de volição está relacionado com as pretensões do falante em performatizar o estado-de-coisas que é descrito no enunciado modalizado ou em reportar a deseabilidade de um dado estado-de-coisas.

No arcabouço teórico da GDF, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), as modalidades deôntica e volitiva incidem sobre as camadas mais baixas do Nível Representacional, no caso, a camada: (i) da Propriedade Configuracional, que apresentam natureza composicional, contendo uma combinação de outras unidades semânticas (não relacionadas entre si de forma hierárquica), tais como Indivíduo (x), Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q) (nesse caso, as modalidades deôntica e volitiva estão orientadas para o Participante); e (ii) do Estado-de-Coisas, que são entidades que podem ser localizadas no tempo e no espaço e podem ser avaliadas em termos de seu estatuto de realidade, sendo modificados por marcadores de tempo relativo (nesse caso, as modalidades deôntica e volitiva estão orientadas para o Evento).

Tendo caracterizado as modalidades deôntica e volitiva e os valores modais de obrigação e volição a partir do arcabouço teórico da GDF, passaremos a metodologia desta pesquisa na seção seguinte.

3. Metodologia

Para a descrição e análise dos valores modais de obrigação e volição, instaurados por meio das modalidades deôntica e volitiva respectivamente, recorreremos ao plano de governo do candidato que ganhou a eleição para presidente do governo brasileiro no ano de 2018. O plano de governo do candidato à presidência, *Jair Bolsonaro*, foi apresentado ao Superior Tribunal Eleitoral (STE), estando, pois, disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: <<https://bit.ly/2N9Sdgv>>.9 O seu plano de governo consta de 81 páginas, com uma nota introdutória, na qual inclui uma mensagem ao povo brasileiro, e dividido em sete seções: (1) Os valores e compromissos; (2) A nova forma de governar; (3) A estrutura e Gestão; (4) As linhas de ação; (5) A segurança e o combate à corrupção; (6) A saúde e educação; e (7) A economia e infraestrutura.

De acordo com Silva dos Anjos (2004), os planos de governo se caracterizam como sendo um tipo de planejamento geral que irá determinar a linha de conduta governamental, formal, precisa e traçada por etapas do presidencialismo (no caso desta

⁹ O plano de governo do candidato à presidência Jair Bolsonaro foi acessado em: 18 dez. 2018.

pesquisa) para atingir um determinado objetivo. Nesse sentido, segundo o autor, os planos de governo podem ser elaborados tendo em vista a concretização de uma construção, execução de uma obra, um plano econômico, social e/ou outras diretrizes e ações para a safra, educação, moradia, crescimento urbano dentre outros. Ainda conforme o autor, os planos de governo são, geralmente, desenvolvidos pelos candidatos em colaboração com sua equipe, com a finalidade de atender as demandas do poder público.

Tendo em vista que os planos de governo são elaborados em termos de linha de conduta governamental e com base naquilo que o presidenciável pretende realizar em seu futuro mandato, acreditamos que se trate de um texto argumentativo que propicie a instauração tanto do valor modal de obrigação, por meio da modalidade deôntica (eixo da conduta) quanto do valor modal de volição, por meio da modalidade volitiva (eixo do desejo). Com base nisso, pautamos algumas categorias de análise assim distribuídas: (i) o tipo de *ilocução*, podendo ser, para as modalidades deôntica e volitiva, os seguintes tipos: declarativa, imperativa, proibitiva, exortativa, interrogativa, optativa e imprecativa;¹⁰ (ii) o *valor modal*, no caso, obrigação e volição; (iii) a *orientação modal*, em que a modalidade pode estar orientada para o Participante ou o Evento; (iv) o *alvo da atitude modal*,¹¹ que se refere sobre quem recai o valor modal instaurado, podendo ser o próprio falante (Enunciador), uma pessoa em particular (Indivíduo), um organização jurídica, política ou religiosa (Instituição), as pessoas de um modo geral (Domínio Comum), a pessoas com quem o falante dialoga diretamente (Coenunciador) ou pode não haver sobre quem recaia o valor modal instaurado (Inexistente); e (v) os *meios de expressão*, que se referem às estruturas linguísticas empregadas pelo falante para instaurar os valores modais de obrigação ou volição.

A descrição e análise das modalidades deôntica e volitiva se dará de forma *qualitativo-quantitativa*, em que recorreremos: (i) para a análise qualitativa, ao arcabouço teórico da GDF¹² e aos trabalhos correlatos a estes dois tipos de modalidade;

¹⁰ Tipos de ilocução propostas na GDF.

¹¹ Especificamente, esta categoria de análise trata-se de uma incursão de outros domínios teóricos, como a Análise de Discurso, feitas pelo autor dentro do aparato teórico da GDF, tendo em vista os aspectos da interação entre o Falante (candidato a presidência) e o Ouvinte (as instituições que integram o governo e povo brasileiro). Cf. Pessoa (2011), Menezes (2011) e Oliveira (2017).

¹² A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008) não é uma gramática funcional do discurso, haja vista que o termo discursivo não se refere a uma “organização textual” ou uma “formação ideológica”, tratando-se, portanto, da menor unidade comunicável, o Ato Discursivo, descrito e analisado a partir de um modelo amplo de interação verbal, em que a descrição das expressões linguísticas deriva da situação comunicativa. Para esta pesquisa, o arcabouço teórico da GDF servir-nos-

e (ii) para a análise quantitativa, o uso do *Statistical Package for Social Science - SPSS* (versão 22 para Windows), que irá fornecer as frequências das categorias de análise e a inter-relação entre elas.

Após dissertarmos acerca da metodologia que será empregada nesta pesquisa, passaremos a seção na qual abordaremos à descrição e análise dos valores modais de obrigação e volição instaurados no plano de governo do candidato a presidência, *Jair Bolsonaro*.

4. Análise dos valores modais de intenção e obrigação no plano de governo de Jair Bolsonaro

Após a identificação dos valores modais de obrigação e volição instaurados, respectivamente, por meio das modalidades deôntica e volitiva, constatamos que houve uma predominância do valor de obrigação, como podemos ver na Tabela 1:

Tabela 1: Frequência dos valores modais de obrigação e volição

Valor modal	Frequência	Porcentagem (%)
Obrigação	34	87,2
Volição	05	12,8
Total	39	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Tomando por base o valor modal de obrigação, que está relacionado às obrigatoriedades que recaem sobre um agente em relação ao estado-de-coisas que é descrito no enunciado modalizado, é justificável que esse valor modal fosse o mais recorrente. De acordo com Frade (2014), quando uma dada obrigação é instaurada pelo falante (candidato a presidência), ele tenta agir sobre o seu ouvinte (as instituições que integram o governo ou formam parte dos órgãos que realizam atividades em nome do governo brasileiro) no intuito de promover que este execute [+ performativo] aquilo que é descrito no predicado. Vejamos (1) e (2):

(1) “O Estado **deve** facilitar que o agricultor e suas famílias sejam os gestores do espaço rural”.

(2) “As universidades **devem** desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada”.

á para estudar o modo com as línguas naturais codificam, sistematicamente, as intenções comunicativas do falante, examinando de que modo às atitudes do falante são realizadas linguisticamente.

Em (1) e (2), averiguamos que o candidato à presidência¹³ faz uso do verbo modal *dever* para instaurar, respectivamente, o valor modal de obrigação sobre o *Estado* e as *Universidades Públicas*, em que a obrigatoriedade está relacionada à “facilitação da gestão do espaço rural pelos agricultores” e ao “desenvolvimento de novos produtos” (evento deôntico).¹⁴ De acordo com Araújo Adriano (2014), o verbo modal *dever*, quando empregado para instaurar a modalidade deôntica e, conseqüentemente, o valor modal de obrigação, pode se referir a: (i) uma *obrigação forte*, quando um agente moralmente responsável instaura sobre um dado indivíduo ou uma instituição específica algum tipo de obrigatoriedade em razão do que é previsto em lei ou de ordens superiores; e (ii) uma *obrigação fraca*, em que há a indicação de que algo é obrigatório no que tangem às ações que devem ser tomadas por um dado indivíduo ou uma instituição específica, funcionando mais como uma espécie de recomendação.

Acreditamos que, em (1), o candidato à presidência instaura uma *obrigação forte*, haja vista que o Estado, composto por órgãos que o administra sob as leis e as normas de conduta que são previstas pela Constituição, teria o dever de garantir os meios para o desenvolvimento da população e do trabalhador rural; enquanto, em (2), o candidato instaura uma *obrigação fraca*, já que as Universidades Públicas, ainda que sejam mantidas com o dinheiro público, têm certa autonomia em gerenciar os recursos que lhe são destinados pela União e o investimento que fazem desses recursos, não estando, pois, obrigadas a fazer parcerias com instituições privadas. Desse modo, a deonticidade instaurada funciona, conforme Araújo Adriano (2014), como uma recomendação.

A modalidade deôntica, segundo Wiedemer (2016), por estar relacionada aos valores de obrigação, permissão e proibição, está situada no *eixo do dever*, em que o ouvinte deve aceitar a verdade do enunciado para que este seja por ele executado [+performativo]. Conforme Lyons (1977), a modalidade deôntica não descreve um ato em si mesmo, mas um estado-de-coisas, por isso ela está situada no nível da predicação, pois expressa o estatuto de realidade de um estado-de-coisas. Dessa forma, o falante

¹³ Para esta pesquisa, entendemos que, ainda que o plano de governo de Jair Bolsonaro tenha sido elaborado pela sua equipe política ou pelo seu partido, iremos nos referir as propostas estipuladas em seu plano de governo como sendo referente às medidas e ações que ele próprio pretende ou intenciona realizar em seu mandato como presidente do Brasil.

¹⁴ Para esta pesquisa, o evento deôntico é definido como a incidência de um valor modal deôntico (obrigação, permissão ou proibição) sobre um estado-de-coisas (Evento) ou um conjunto de estado-de-coisas relacionados entre si (Episódio).

baseia sua avaliação no conhecimento de possíveis situações relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais.

Em relação ao valor modal de volição, que está relacionada com a instauração da modalidade volitiva, vejamos (3) e (4):

(3) “Nas últimas décadas, o Governo Federal concentrou a arrecadação de tributos, criando burocracia e ineficiência para controlar os entes federados. **Queremos** uma Federação de verdade”.

(4) “Acima do valor da Bolsa Família, **pretendemos** instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras”.

Em (3) e (4), o candidato a presidência faz uso, respectivamente, do verbo pleno *querer* e do verbo léxico *pretender* (dentro de uma construção perifrástica, *pretender+infinitivo*) para expressar a volição, não apenas dele, mas dos partidos que integram sua coligação (EU+ELES), evidenciado pelo emprego da primeira pessoa do plural, *queremos* e *pretendemos*, de que o “Brasil possa se tornar uma federação de verdade” e que “cada família, que recebe o Bolsa Família, tenha uma renda mínima” (evento volitivo).¹⁵

De acordo com Oliveira (2017), a modalidade volitiva está relacionada ao que é (in)desejável por parte do falante ou do participante expresso no enunciado modalizado, e que o valor modal de volição pode ser dividido, a nível semântico, em quatro: (i) *desideração* (volição irrealizável, localizada apenas na mente do falante); (ii) *opção* (volição realizável, podendo ser localizada no tempo e no espaço, mas dependente de fatores externos ao falante); (iii) *intenção* (volição realizável do ponto de vista do falante, haja vista que a controlabilidade do evento volitivo depende dele); e (iv) *exortação* (volição realizável do ponto de vista do ouvinte, tendo em vista que a controlabilidade do evento volitivo depende dele). Para Oliveira (2017), a modalidade volitiva refere-se à apreciação do falante acerca da necessidade de um estado-de-coisas, por isso ela, assim como a modalidade deôntica, também atua no nível da predicação.

Tomando por base Oliveira (2017), em (3) e (4), a modalidade volitiva instaurada apresenta o valor modal de *opção*, haja vista que o estado-de-coisas sobre o qual incide a volição trata-se de algo que não depende, exclusivamente, do candidato à presidência, mas de fatores externos a ele, já que a “existência de uma Federação de

¹⁵ Para esta pesquisa, o evento volitivo é definido como a incidência de um valor modal volitivo (volição) sobre um estado-de-coisas (Evento) ou um conjunto de estado-de-coisas relacionados entre si (Episódio).

verdade” (como é avaliada pelo candidato) e a “instituição de uma renda mínima para as famílias brasileiras” dependem da aprovação de outros segmentos políticos que, juntamente com Poder Executivo, administram e avaliam as ações políticas que serão tomadas. Ainda segundo o autor, um dos traços característicos da modalidade volitiva é a não controlabilidade [- controle] do estado-de-coisas que integra o evento volitivo.

Segundo Jesus (2014), a modalidade volitiva é relativa a um conjunto de mundos possíveis, compatíveis com os desejos, as vontades e as intenções do indivíduo, enquanto a modalidade deôntica refere-se a mundos possíveis que são correspondentes àquilo que se coadunam com as condutas, as leis e as normas estabelecidas socialmente, como, respectivamente, nos exemplos: *A Ana queria que as férias não acabassem* (JESUS, 2014, p. 70) e *A Maria obrigou a filha a ficar em casa* (JESUS, 2014, p. 20). Outro ponto relevante, segundo Felix de Oliveira (2016), reside no fato de a modalidade volitiva referir-se a uma volição localizada no presente, acerca de estados-de-coisas realizáveis no futuro, imediatamente posterior ao momento da enunciação ou em um futuro mais distante. Desse modo, ainda conforme a autora, temos que a volição marca uma projeção futura da (não) realização de uma dada situação após o momento da enunciação. Por isso, a volição expressa pelo candidato, em (3) e (4), constitui eventos não atuais, ou seja, eventos que ainda não se performatizaram, figurando apenas no plano da possibilidade, oriunda de uma necessidade do falante (como representante de uma coligação partidária). Por isso, a volição está relacionada com o aspecto *irrealis*, já que os estados-de-coisas desejáveis não podem ser ainda localizados no *mondo real*.

Além da descrição e análise dos valores modais de obrigação e volição, pareceu-nos interessante também fazermos uma averiguação da inter-relação entre esses valores modais com as demais categorias de análise propostas nesta pesquisa. Começaremos pela inter-relação com o tipo de ilocução, depois passaremos para a inter-relação com a orientação modal e o alvo da atitude modal, para posteriormente passarmos para a inter-relação com os meios de expressão.

Vejamos a Tabela 2, que é referente à inter-relação entre o valor modal e o tipo de ilocução:

Tabela 2: A inter-relação entre o valor modal e o tipo de ilocução

Valor modal	Tipo de ilocução		Total
	Declarativa	Optativa	
Obrigação	34 (87%)	00 (0,0%)	34 (87,2%)
Volição	04 (10,3%)	01 (2,6%)	05 (12,8%)
Total	38 (97,4%)	01 (2,6%)	39 (100,0%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Como podemos ver, os valores modais de obrigação e volição foram mais instaurados por meio de ilocuções declarativas, o que   explicável para um plano de governo, haja vista que este g nero favorece que o candidato   presidência faça asserções acerca do que ele pretende ou deve fazer (ou as instituições do governo, as pessoas de um modo geral, etc.) em virtude das suas responsabilidades como Chefe do Executivo no que tangem às suas ações políticas e governamentais. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), as ilocuções declarativas estão relacionadas com as declarações feitas pelo falante ao ouvinte a respeito do conteúdo proposicional evocado pelo conteúdo comunicado, como no exemplo: *Eu terei isso*.¹⁶

Vejamos (5) e (6):

(5) “As pessoas **devem** ter liberdade de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas, desde que não interfiram em aspectos essenciais da vida do próximo”.

(6) “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira. **Queremos** um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco”.

Em (5), constatamos que o valor modal de obrigação   instaurado por meio do verbo *dever*, em que o candidato   presidência reporta um direito que   inalienável aos indivíduos de um modo geral, em que a deonticidade incide sobre o participante expresso no predicado (*as pessoas*) em relação ao evento deôntico, no caso, *ter o direito de fazer suas escolhas e viver com os frutos dessas escolhas*. Em (6), averiguamos que o valor modal de volição   instaurado por meio do verbo pleno *querer*, em que o candidato   presidência “dilui” a singularidade da sua pessoa, segundo Oliveira (2017), dando voz ao que parece ser a volição do seu grupo partidário e/ou daqueles que o apoiam como candidato, o que é evidenciado pelo uso da primeira pessoa do plural, *queremos*, no tocante ao evento volitivo reportado, no caso, *um Brasil*

¹⁶ Tradução nossa. O original diz: “I will have it.” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.71).

com todas as cores. Tomando por base o que é veiculado antes da modalização volitiva, é possível que a volição manifestada esteja relacionada à “identidade” da nação brasileira, como um país conservador, religioso, etc., o que, no entendimento daqueles que são contrários às ideais marxistas, parecem ser valores que são “indesejáveis” por parte daqueles que apoiam o marxismo cultural. Nesse sentido, acreditamos que a volição instaurada por meio do verbo *querer* incide sobre uma “pluralidade” (*todas as cores*) dentro do que é a identidade do povo brasileiro, segundo o que é apreciado pelo candidato à presidência (e por parte daqueles que apoiam o seu futuro mandato), o que é confirmado pela “restrição dessa pluralidade”, já que se dá apenas com base nas cores que compõem a bandeira brasileira (*verde, amarelo, azul e branco*).

No que diz respeito à inter-relação entre o valor modal e a orientação modal, vejamos a Tabela 3:

Tabela 3: A inter-relação entre o valor modal e a orientação modal

Valor modal	Orientação Modal		Total
	Participante	Evento	
Obrigação	22 (56,4%)	12 (30,8%)	34 (87,2%)
Volic�o	03 (7,7%)	02 (5,1%)	05 (12,8%)
Total	25 (64,1%)	14 (35,9%)	39 (100,0%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Apoiando-nos na Tabela 3, verificamos que os valores modais de obriga o e volic o são instaurados, majoritariamente, tendo as modalidades deôntica e volitiva orienta o para o *Participante*. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), as modalidades com orienta o para o Participante referem-se há uma rela o existente entre um participante (ou as propriedades relativas a ele) e um evento, em que a realiza o potencial deste evento se d  por parte deste mesmo participante.

Vejamos (7):

(7) “*Todo cidadão, para gozar de seus plenos direitos, deve obedecer às leis e cumprir com seus deveres*”.

Em (7), deparamo-nos com um caso de modalidade deôntica com orienta o para o Participante, em que o falante instaura sobre o participante expresso no enunciado, em questão, *Todo cidadão*, uma obriga o acerca do evento descrito, *obedecer às leis e cumprir com seus deveres*. Retomando (6), atestamos um caso de modalidade volitiva orientada para o Participante, haja vista que o falante (no caso ele

e o partido político que o apoia) manifesta a volição de se envolver no estado-de-coisas que é designado, no caso, o de *formar parte de um Brasil de todas as cores*.

Pautamos que o estudo da orientação modal contribui para a análise do comprometimento do falante com relação ao enunciado modalizado, no sentido de que: (i) na orientação para o Participante, há um maior comprometimento do falante (candidato à presidência) como agente moralmente responsável (LYONS, 1977), pois este instaura obrigações sobre o participante expresso no predicado ou quando manifesta suas volições sobre futuras ações políticas de seu mandato; e (ii) na orientação para o Evento, há um menor comprometimento do falante, haja vista que este apenas reporta o que é obrigatório ou é desejável, sem que ele faça uma apreciação do estado-de-coisas que integram tanto o evento deôntico quanto o evento volitivo, como podemos ver, respectivamente, em (8) e (9):

(8) “Os postos, ambulatórios e hospitais **devem** ser informatizados com todos os dados do atendimento, além de registrar o grau de satisfação do paciente ou do responsável”.

(9) “Há de se considerar aqui a necessidade de distinguir o modelo de previdência tradicional, por repartição, do modelo de capitalização, que **se pretende** introduzir paulatinamente no país”.

Em (8), o candidato à presidência reporta apenas a obrigação de *informatização dos dados e de registro do grau de satisfação do pacientes ou do responsável de postos, ambulatórios e hospitais* (evento deôntico). Em (9), o candidato também reporta a volição que se incide sobre *a instauração de um modelo de capitalização da previdência* (evento volitivo). O grau de afastamento do falante é marcado, respectivamente, pelo emprego da terceira pessoa do plural e da terceira pessoa do singular com o auxílio da partícula *se*, que impessoaliza o evento volitivo reportado.

Em relação ao alvo da atitude modal, ou seja, sobre quem recai o valor modal instaurado, vejamos a Tabela 4:

Tabela 4: A inter-relação entre o valor modal e o alvo da atitude modal

Valor modal	Alvo da atitude modal				Total
	Indivíduo	Instituição	Domínio Comum	Inexistente	
Obrigação	06 (15,4%)	13 (33,3%)	04 (10,3%)	11 (28,2%)	34 (87,2%)
Volição	01 (2,6%)	01 (2,6%)	00 (0,0%)	03 (7,7%)	05 (12,8%)
Total	07 (17,9%)	14 (35,9%)	04 (10,3%)	14 (35,9%)	39 (100,0%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Baseando-nos na Tabela 4, constatamos que o valor modal de obrigação recai, na maioria dos casos, sobre *Instituição*, enquanto a volição não recai sobre um alvo específico, ou seja, *Inexistente*. Isso se justifica em virtude de o candidato à presidência instaurar, respectivamente, as obrigações que recaem sobre os órgãos ou instituições do governo ou mantidas pelo governo, e a volição sobre estados-de-coisas futuros. Vejamos (10) e (11):

(10) “As universidades, em todos os cursos, **devem** estimular e ensinar o empreendedorismo”.

(11) “[...] segundo a Ordem dos Policiais do Brasil (OPB), foram mortos 493 policiais em 2016! Em 2017 esse total subiu para 552 e, infelizmente, tudo indica que teremos ainda mais policiais mortos em 2018. São Heróis Nacionais que tombaram e foram esquecidos pelos atuais governantes nesta Guerra do Brasil! [...] **Que** seus nomes nunca **sejam** esquecidos!”.

Em (10), o candidato à presidência faz uso do modal *dever* para instaurar sobre o alvo da atitude modal (*as universidades*) a obrigação, ou recomendação conforme Araújo Adriano (2014), em relação ao evento deôntico, *estimular e ensinar o empreendedorismo*. De acordo com Pessoa (2011), quando o alvo da atitude modal recai sobre uma Instituição, o falante visa à criação de algum efeito sentido na construção discursiva, como conduzir o alvo da atitude modal a realização do evento deôntico, concedendo ou autorizando determinadas condutas com base no que ele julga ser socialmente aceito, como no exemplo: [...] *o governo português resolver nacionalizar a PGA, comprar a PGA [...] e, portanto, terá que fazer uma proposta! É isso, é isso!* (PESSOA, 2011, p. 112).

Em (11), o candidato emprega a construção modalizadora, *que+subjuntivo*, para expressar a volição de que *os heróis nacionais não sejam esquecidos* (os policiais brasileiros dos quais o candidato faz menção em seu plano de governo). Segundo Oliveira (2017), o alvo da atitude modal *Inexistente* caracteriza-se por haver uma fonte da atitude modal que instaura a volição em relação a um estado-de-coisas que por ele é volicionado. Nesses casos não há um alvo volitivo que execute o que é desejado, já que não incide sobre o plano performativo [- diretivo], por não se tratar de um *querer-fazer*, como no exemplo: *Que nenhum membro do Corpo de Cristo e da nação americana se sinta excluído do abraço do Papa* (OLIVEIRA, 2017, p. 174).¹⁷ De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), as ilocuções optativas, construídas por meio da

¹⁷ Tradução nossa. O original diz: “Que ningún miembro del Cuerpo de Cristo y de la nación americana se sienta excluído del abrazo del Papa” (OLIVEIRA, 2017, p. 174).

construção *que+subjuntivo*, são empregadas para indicar ao ouvinte o seu desejo de que a situação evocada pelo conteúdo comunicado pudesse ocorrer. Em (11), o candidato à presidência, Jair Bolsonaro, comunica o desejo de que os heróis (policiais) não sejam esquecidos.

Ainda em relação à modalidade deôntica, pudemos verificar que houve casos em que a obrigação não recaiu sobre um indivíduo, uma instituição ou sobre o próprio candidato, casos estes classificados, nesta pesquisa, como Inexistente, em razão de a obrigação relacionar-se apenas ao estado-de-coisas que integra o evento deôntico. Vejamos (12) e (13):

(12) “Educação à distância **deveria** ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática”.

(13) “Um número elevado de ministérios é ineficiente, não atendendo os legítimos interesses da Nação. O quadro atual **deve** ser visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas”.

Em (12), o falante emprega o modal *dever* no futuro do pretérito para referir-se ao que ele avalia, em termos de “melhoramento da educação”, como uma obrigação em relação ao evento deôntico, que se refere ao fato de a *Educação à distância ser vista como um importante instrumento*. Em (13), o candidato prefere usar o modal *dever* no presente do indicativo, ao fazer menção da “obrigação” de que os demais seguimentos políticos entendam que a *quantidade excessiva de ministérios dos governos anteriores é resultado da corrupção ao se fazer política* (evento deôntico).

De acordo com Gasparini-Bastos (2014), o uso do futuro do pretérito está associado com o valor subjetivo, já que se refere a um valor hipotético, relacionado a uma necessidade deôntica do falante, como no exemplo: *Bom... na minha escola... eu acho que ela é muito boa né?... não precisa de mudança... meus professores... alguns... deveriam tê(r) mais::... éh::... deveriam ouví(r) MAIS a gente...* (GASPARINI-BASTOS, 2014, p. 282). Por sua vez, quando o falante emprega o presente do indicativo, ainda segundo a autora, busca-se mostrar certo distanciamento dele (o que fica evidenciado pelo uso da terceira pessoa do singular, *deve*) e permitir que o valor de regra ou instrução fique mais evidente, como no exemplo: *Tem um... uma coisa que eu aprendi num curso com uma nutricionista... de como se deve lavar uma louça... a gente não pode chegá(r) na pi::a e colocá(r) tudo de qualqué(r) jeito...* (GASPARINI-BASTOS, 2014, p. 284).

Em relação aos meios de expressão para a instauração dos valores modais de obrigação e volição, vejamos a Tabela 5:

Tabela 05: A inter-relação entre o valor modal e os meios de expressão

Valor modal	Meios de expressão				Total
	Verbo pleno	Verbo léxico	Adjetivo em função predicativa	Construção modalizadora	
Obrigação	0,0 (0,0%)	30 (76,9%)	03 (7,7%)	01 (2,6%)	34 (87,2%)
Volição	02 (5,1%)	02 (5,1%)	0,0 (0,0%)	01 (2,6%)	05 (12,8%)
Total	02 (5,1%)	32 (82,1%)	03 (7,7%)	02 (5,1%)	39 (100,0%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Ao analisarmos a Tabela 5, constatamos que o valor de obrigação, no plano de governo do candidato à presidência *Jair Bolsonaro*, é instaurado, majoritariamente, por meio de *verbos léxicos*, no caso o modal *dever*, que toma por escopo um verbo no infinitivo (*dever+infinitivo*). Vejamos (14):

(14) “A Petrobrás **deve** vender parcela substancial de sua capacidade de refino, varejo, transporte e outras atividades onde tenha poder de mercado”.

Em (14), a obrigação é instaurada por meio do verbo modal *dever*, que toma por escopo um verbo performativo no infinitivo, *vender*. De acordo com Durigon (2015), o valor de obrigação, quando o falante emprega o modal *dever*, ao tomar por escopo um verbo no infinitivo, estabelece que o alvo da atitude modal tem de se engajar no evento que é designado na predicação, como no exemplo: *Você deve sair às 10h da manhã* (DURIGON, 2015, p. 34). Em (14), constatamos que o falante (candidato à presidência) instaura a obrigação sobre o alvo da atitude modal (Petrobrás) de se engajar no evento designado na predicação (vender parcela substancial de sua capacidade de refino, varejo, transporte).

No que diz respeito ao valor modal de volição, vejamos (15) e (16), que retomam, respectivamente, os casos (6) e (4):

(15) “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira. **Queremos** um Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco”.

(16) “Acima do valor da Bolsa Família, **pretendemos instituir** uma renda mínima para todas as famílias brasileiras”.

Em (15) e (16), o valor modal de volição é instaurado, respectivamente, por um *verbo pleno* e um *verbo léxico*, no caso, a forma plena do modal *querer* e o modal *pretender* tomando por escopo um verbo no infinitivo (*pretender+infinitivo*). Segundo Felix de Oliveira (2016), a volição instaurada por meio de verbos volitivos em sua forma

plena e léxica se dá em razão de que: (i) a forma plena assevera a característica semântica do desejo que é manifestado em relação ao estado-de-coisas, pois, na maioria desses casos, o falante não tem a controlabilidade [- controle] do evento volitivo, como no exemplo: *Eu queria que o Joilson pudesse estar na lista da Época desta semana dos 40 brasileiros com menos de 40 anos que representam o futuro do país* (FELIX DE OLIVEIRA, 2016, p. 19); e (ii) a forma léxica, em que o verbo léxico toma por escopo um verbo no infinitivo, é um indicativo da controlabilidade [+ controle] da volição, já que ele (ou com a participação de outras pessoas) é o responsável pela performatização do evento volitivo,¹⁸ como neste exemplo: *Eu quero fazê um negócio bem feito e tê a minha consciência tranquila, entendeu?* (FELIX DE OLIVEIRA, 2016, p. 207).

5. Considerações finais

Como pudemos observar nesta pesquisa, a categoria modalidade, que, segundo Palmer (1986), diz respeito à marcação da subjetividade das opiniões e das crenças do falante, é, no funcionalismo holandês, analisada com base em dois parâmetros: o domínio semântico, que diz respeito ao tipo de avaliação modal que se faz do enunciado; e a orientação modal, que se refere à parte do enunciado que é modalizada.

No tocante ao domínio semântico, discorreremos, designadamente, acerca das modalidades deôntica, que está situada no eixo da conduta e que se refere ao que é moralmente aceitável; e a volitiva, que está localizada no eixo do desejo e que é relativa ao que é (in)desejável. Averiguamos que a primeira instaura o valor modal de obrigação, enquanto a segunda instaura o valor de volição. Especificamente, para este valor modal, Oliveira (2017) divide-o em quatro: desideração, opção, intenção e exortação. No que versa à orientação modal, constatamos que ambas as modalidades podem estar orientadas tanto para o Participante quanto para o Evento.

Percebemos, no plano de governo do candidato à presidência, Jair Bolsonaro, que o valor modal de obrigação foi o mais recorrente (87,2%), haja vista que ele busca agir sobre as instituições, no intuito de que estas performatizem o que é designado no enunciado modalizado. Em seguida, verificamos que o valor modal de volição (12,8%) foi empregado pelo candidato para manifestar seus desejos e intenções sobre o que ele

¹⁸ Segundo Oliveira (2017), a volição manifestada em relação aos estados-de-coisas nos quais o falante tem controle e é o responsável pela performatização deles é denominado de *intenção*.

pretende realizar em seu futuro mandato. Constatamos também que as modalidades deôntica e volitiva estiveram mais orientadas para o Participante (56,4%), em que o alvo da atitude modal foi as Instituições (35,9%), sendo ambas as modalidades instauradas, majoritariamente, por meio de ilocuções declarativas (87%), em razão de o candidato à presidência fazer asserções sobre o que ele pretende ou deve fazer em virtude das suas responsabilidades como futuro chefe do poder Executivo.

No que diz respeito aos meios de expressão, o valor modal de obrigação foi marcado, prioritariamente, por meio de verbos léxicos (76,9%), enquanto a volição foi marcada tanto por verbos plenos (5,1%) quanto por verbos léxicos (5,1%). Para a modalidade deôntica (obrigação), o modal *dever* foi o mais empregado, já que a carga semântica deste modal estabelece que o alvo da atitude modal tem de se engajar no evento que é designado na predicação. Para a modalidade volitiva (volição), averiguamos que os verbos plenos atenuam a desejabilidade do estado-de-coisas ao qual estão vinculados em virtude da não-controlabilidade do evento volitivo; enquanto a forma léxica, em que o verbo volitivo toma por escopo um verbo no infinitivo, assevera a controlabilidade do estado-de-coisas que integra o evento volitivo, já que o falante (ou o participante expresso) é o responsável pela performatização daquilo que é intencionado (volição).

Acreditamos que os valores modais de obrigação e volição, quando atrelados a outros aspectos da construção discursiva, tais como o tipo de ilocução, a orientação modal, o alvo da atitude modal e os meios de expressão, mostram como as modalidades deôntica e volitiva podem funcionar como um recurso semântico-argumentativo, contribuindo para os propósitos comunicativos do falante e revelando o que ele entende por obrigatório ou o que ele aprecia como (in)desejável para si e para os demais.

Referências

ARAÚJO ADRIANO, Paulo Ângelo. Análise da expressão do futuro em textos argumentativos do profis. **Língua, Literatura e Ensino**, v. 11, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2GHwMEy>>. Acesso em: 20 dez 2018.

DALL'AGLIO HATTNER, Marize Mattos; HENGEVELD, Kees. The Grammaticalization of Modal Verbs in Brazilian Portuguese: A Synchronic Approach. 2016. **Journal of Portuguese Linguistics**, v.15, p. 1-14, 2016. Disponível em: <<http://zip.net/bltBtQ>>. Acesso em: 08 jan 2017.

DURIGON, Vanessa Querino. **Uma investigação funcional do verbo modal *deber* no espanhol falado peninsular**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto. Disponível em: <<http://zip.net/bxtJg5>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

FELIX DE OLIVEIRA, Natália. **O desenvolvimento de verbos volitivos na língua portuguesa: uma abordagem construcional**. 2016. 245f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em: <<http://zip.net/bttLQZ>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

FRADE, Mafalda. A modalidade deôntica no ‘Livro dos Ofícios’ e a tradução de alguns adjetivos. **Ágora: Estudos Clássicos em Debate**, v. 16, 2014, p. 137-156. Disponível em: <<https://bit.ly/2CpxSRf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

GASPARINI-BASTOS, Sandra Denise. Distinções entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva no português falado: o caso do verbo 'dever'. **Confluência**, v. 46, 2014, p. 273-287. Disponível em: <<https://bit.ly/2LuTrTu>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

HENGEVELD, Kees. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.) **Morphology: a handbook on inflection and word formation**. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, 2004, p.1190-1201.

_____. **The grammaticalization of tense and aspect**. 2011. Disponível em: <<http://zip.net/bltBtV>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

HENGEVELD, Kees; DALL'AGLIO HATTNER, Marize Mattos. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. 2015. **Revista Linguistics**, v. 53, p. 479-524, 2015. Disponível em: <<http://zip.net/bdtCss>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, John Lachlan. **Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure**. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

JESUS, Alice Margarida Veiga Simões de. **Aquisição do modo em orações completivas do português europeu: o papel dos traços de epistemicidade e veridicidade**. 2014. 174f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Línguas Românicas, Universidade de Lisboa, Portugal. Disponível em: <<https://bit.ly/2CrntEC>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

LYONS, John. **Semantics**. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MENEZES, Léia Cruz de. **Expressões linguísticas modalizadoras deônticas em função argumentativa: um exercício de análise retórico-funcional**. 2011. 334f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza. Disponível em: <<http://zip.net/bytNGp>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

OLIVEIRA, André Silva. **Modalidade volitiva em língua espanhola nos discursos do Papa Francisco em viagem apostólica**. 2017. 310f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2odUwqY>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

PALMER, Frank Robert. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PESSOA, Nadja Pessoa. **Modalidade deôntica e discurso midiático: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional**. 2011. 224f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza. Disponível em: <<http://zip.net/bvtHQN>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SILVA DOS ANJOS, Dorival. **Desenvolvimento do sistema de informação para apoio à análise da qualidade dos planos de governo com base na metodologia de Baer (1997)**. 2004. 267f. Monografia (Graduação em Sistemas de Informação) – Departamento de Ciência e Tecnologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://bit.ly/2USZpBM>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

WIEDEMER, Dayane Alves. A modalidade deôntica na construção completiva impessoal com matriz ser + preciso: uma análise cognitivo-funcional. **Estudos Linguísticos**, v. 45, n. 1, 2016, p. 100-114. Disponível em: <<https://bit.ly/2POcY1T>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Artigo recebido em: 02/02/2019

Aprovação final: 19/05/2020

DOI: <https://doi.org/10.35501/dissol.vi10.544>